



escola de **gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E INCLUSÃO ESCOLAR**

**SILVANA DE ALMEIDA FERREIRA**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E INCLUSÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

Silvana de Almeida Ferreira

## **GESTÃO DEMOCRÁTICA E INCLUSÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 26 de setembro de dois mil e quinze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Profa. Denise França Stehling (orientadora) – UFMG

---

Prof. UFMG

---

Silvana de Almeida Ferreira

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus queridos filhos Thiago, Bruno e Ana Flávia e ao meu amor Alexander que sempre me apoiaram nos momentos mais difíceis. Amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro à Deus que me deu forças, coragem e sabedoria para prosseguir com o curso e depois à minha família que me incentivou e sempre me encorajou a continuar.

*Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.*

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, com o tema Gestão Democrática e Inclusão Escolar. O objetivo geral é analisar o papel do gestor escolar, levantando estratégias eficientes na aprendizagem e socialização do aluno deficiente, a partir do estudo das políticas públicas. Como objetivos específicos pretende descrever a educação especial no contexto das políticas públicas em Belo Horizonte, analisar o papel do gestor escolar no que se refere ao processo de inclusão na Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira e identificar junto à comunidade escolar estratégias eficientes que promovam a inclusão dos alunos deficientes. No decorrer da análise foram realizadas pesquisas bibliográficas buscando fundamentação teórica observando se o tema em questão está coerente com as tomadas de decisões neste espaço educacional e com o próprio Projeto Político Pedagógico da instituição. Conclui-se então, que mesmo com o progresso no processo de inclusão dos alunos com deficiência garantido nas políticas públicas nas escolas de ensino comum, cabe ao gestor escolar a tarefa de desenvolver estratégias necessárias para que o mesmo aconteça efetiva e socialmente.

### **Palavras-chave:**

Inclusão escolar, gestão democrática, Projeto Político Pedagógico.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>1. INCLUSÃO, UM BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. O PAPEL DO GESTOR E SEUS ENFRENTAMENTOS .....</b>	<b>13</b>
<b>3. LEVANTANDO SOLUÇÕES .....</b>	<b>16</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>20</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>21</b>
Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira	

## INTRODUÇÃO

As Escolas Reunidas da “Barragem Santa Lúcia”, primeiro nome da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, foi instalada em um prédio pré-fabricado de madeira que possuía quatro salas de aula e uma pequena sala para diretoria. As aulas foram iniciadas em 18 de março de 1963, com oito classes de primeiro ano, sendo quatro constituídas de alunos repetentes, transferidos do grupo escolar “Dom José Gaspar” e quatro classes de primeiro ano novato, perfazendo um total de trezentos e três alunos.

As escolas reunidas “Barragem Santa Lúcia”, passaram a denominar-se: “Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira”, em homenagem a falecida mãe do Dr. Mário Gonçalves Nogueira, que doou o terreno para que a escola fosse instalada.

Foi pedida a transformação do estabelecimento em grupo escolar, o que veio realmente a acontecer em 21 de agosto de 1964, pelo decreto nº 7.814 (Jornal “Minas Gerais” de 22 de agosto de 1964).

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, da rede estadual, está situada na Rua Copérnico Pinto Coelho, nº 13, bairro Santa Lúcia, telefax 3296-4388, em Belo Horizonte/MG, no Aglomerado da Barragem Santa Lúcia.

Atualmente são oferecidos pela escola os anos iniciais do Ensino Fundamental compreendendo:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º anos.

II - Ciclo Complementar, com a duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º anos.

A comunidade escolar está inserida no Morro do Papagaio / Aglomerado Santa Lúcia - Barragem Santa Lúcia conhecida como uma das comunidades mais violentas de Belo Horizonte e com vulnerabilidade social significativa. Os alunos são na maioria, de classe baixa, muitos usuários de drogas com baixo poder aquisitivo e com baixo ou nenhum grau de estudo. A maioria das mulheres são mães que trabalham, exercem a profissão de doméstica e os homens são operários de obra, prestando serviços autônomos ou vivendo de “bicos”. Há ainda os casos em que as famílias sobrevivem de benefícios como “bolsa escola” e “bolsa família”, contando

com a escola para ajudar na sobrevivência dos filhos, que têm a oportunidade de permanecer na escola em horário de tempo integral.

A escola é considerada pela comunidade local e escolar como referência positiva na formação de seus alunos e como parceira na melhoria da construção social de seus moradores. O desafio da escola permanece na necessidade de atingir os níveis de ensino exigidos para transformar e diminuir as desigualdades sociais.

Desta forma faz-se necessário uma gestão democrática, baseada na união coletiva, onde o gestor exerce papel fundamental junto ao grupo de professores, funcionários e principalmente alunos que apresentam características e necessidades urgentes na formação humana. Uma dessas características e necessidades está diretamente ligada aos alunos com deficiência atendidos pela escola.

Acredita-se que o gestor deverá acompanhar de forma sistemática a inclusão de alunos com deficiência dentro da escola, sugerindo e discutindo alternativas e recursos que possam favorecer e orientar toda a comunidade escolar na perspectiva de uma educação que priorize as necessidades e dificuldades de tais alunos ao contexto escolar e sua permanência no mesmo.

Um instrumento que auxilia a todos na escola é Projeto Político Pedagógico (PPP). O PPP é um documento que precisa ser construído na escola e exige o envolvimento e a dedicação de toda comunidade escolar: pais, alunos, servidores e comunidade local. Não se constrói um Projeto Político Pedagógico adequado à realidade da escola, sem conhecê-la e sem participar do cotidiano da mesma. É preciso dar vida ao texto do documento para que ele gere transformação no contexto escolar. Os maiores desafios da construção de um Projeto Político Pedagógico é participação, interesse e envolvimento da comunidade escolar.

Nesse sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como objetivo geral analisar o papel do gestor escolar, levantando estratégias eficientes na aprendizagem e socialização do aluno deficiente da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, a partir do estudo das políticas públicas.

Ainda como objetivos específicos pretende descrever a educação especial no contexto das políticas públicas em Belo Horizonte, analisar o papel do gestor escolar, no que se refere ao processo de inclusão na Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira e identificar junto à comunidade escolar estratégias eficientes que promovam a inclusão dos alunos deficientes.

## 1. INCLUSÃO, UM BREVE HISTÓRICO

O movimento da inclusão é decorrente, em níveis nacionais e internacionais, da instauração de uma concepção de mundo democrática fundada no respeito aos direitos humanos, segundo os quais pessoas devem ser respeitadas, independente do sexo, idade, origem étnicas, opção sexual ou deficiência.

Atualmente a sociedade está se formando para lidar com a diversidade humana, que estimula a participação de cada um de seus membros e as diferentes experiências, reconhecendo o potencial de todo cidadão, ou seja, busca-se a instauração de uma sociedade inclusiva, que objetiva oferecer oportunidades iguais, para que cada pessoa se torne autônoma e auto-determinada.

Sociedade inclusiva é uma sociedade para todos, independente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, orientação sexual ou deficiência; uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação; uma sociedade que acolhe e aprecia a diversidade da experiência humana; uma sociedade cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para todos realizarem seu potencial humano. (ADOLPH RATSKA, 1999, p. 01)

O termo inclusão começou a ser utilizado em 1959, nos países da Escandinava – Suécia, Noruega, Islândia e Dinamarca. Especialistas da área de saúde e de educação verbalizavam seu desejo de tirar das instituições segregadas crianças menos comprometidas intelectualmente.

Na década de 60, os cientistas, sem perceber, fortaleceram o movimento de uma sociedade que viria a ser chamada de uma sociedade inclusiva, no que se referia à deficiência, ao iniciarem a discussão de que deficiência mental não seria sinônimo de doença mental. No início dos anos 70 essa diferenciação ganhou status e muitas pessoas com deficiência mental puderam então deixar os hospitais psiquiátricos e passar a conviver entre a população, através de acompanhamentos de profissionais da área da saúde.

Na década de 80, o movimento pela inclusão, ainda sem ter denominação e essa consciência, começou a se fortalecer em diversas partes do mundo como Europa, Estados Unidos e a parte inglesa do Canadá. A inclusão não foi um movimento exclusivamente do campo educacional. Também atendia a necessidade de profissionais de várias áreas, da psicologia à reabilitação, passando pelos

especialistas na colocação de adultos com deficiências no mercado de trabalho. Era uma mobilização maior do que se imaginava. Fazia-se necessário a interação de tais profissionais, para que os adultos deficientes fossem valorizados em suas capacidades essenciais de acordo com suas potencialidades, possibilitando seu acesso ao mercado de trabalho e ao meio social.

O movimento crescia, ganhava adeptos com resultado de vários fatores, entre eles o desdobramento de um fenômeno que caracterizou a fase pós Segunda Guerra Mundial. Feridos de guerra se tornaram deficientes. Reabilitados, voltaram a produzir. Ao redor deles, foi surgindo uma legião multidisciplinar de defensores de seus direitos. Eram cidadãos que se sentiam de algum modo responsáveis pelos soldados que partiram para representar a pátria. Apesar das perdas e danos, o saldo ficou positivo. O mundo começava a acreditar na capacidade das pessoas deficientes.

No âmbito da educação, a busca de uma escola que atendesse a todos foi documentada pela primeira vez em 1979, no México. Na ocasião, um grupo de países, por iniciativa da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) assinou o *Projeto Principal de Educação*. Esse projeto tinha por objetivo definir e adotar algumas medidas capazes de combater a elitização da escola nos países da América Latina. Outros documentos se sucederam. O mais famoso é a *Declaração de Salamanca* assinada em 1994. Foi a partir da *Declaração de Salamanca* que se oficializou o termo "inclusão". Essa define a inclusão como um direito de toda a criança com deficiência e assegura que sua educação seja parte integrante do sistema educacional:

No contexto desta estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar

atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (SALAMANCA, 1994, p. 03)

Essa declaração se utiliza de diversos termos relacionados à inclusão. Dentre eles, educação inclusiva, princípios da inclusão, escola inclusiva, políticas educacionais inclusivas, inclusão na educação e no emprego e sociedade inclusiva. Sendo assim, à medida que têm-se uma posição de respeito frente às diferenças humanas, sejam elas de que ordem for, vai-se delineando espaços em que as posturas de segregação vão perdendo campo de atuação e deixando de influenciar as práticas pedagógicas discriminatórias.

Nesse sentido, o processo de inclusão escolar tem como pressuposto a mobilização da sociedade para um novo olhar para as diferenças humanas, elegendo-as como um valor a ser assumido por todos, partindo do princípio de que a principal característica do ser humano é a pluralidade, e não a igualdade ou a uniformidade. Por isso, é de suma importância que as práticas pedagógicas reflitam uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional.

## **2 . O PAPEL DO GESTOR E SEUS ENFRENTAMENTOS**

Conforme citado na Lei de diretrizes e bases em seu artigo 58º (BRASIL, 1996, p.33) “entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” Partindo do princípio de que todos os alunos com deficiência podem aprender e suas habilidades devem ser trabalhadas e dificuldades respeitadas, é possível imaginar uma escola onde todos os alunos aprendem juntos, sem restrições de saberes e conteúdo, de acordo com suas possibilidades e capacidades.

Neste sentido, a heterogeneidade, ou seja, a constituição de turmas com diversidade de alunos é um ponto positivo e importante ao se falar em educação inclusiva, pois favorece a socialização e o desenvolvimento pedagógico de alunos deficientes com seus pares.

Sabe-se que a inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino comum, representa um processo educacional lento e gradual que necessita da intervenção e acompanhamento sistemático de cada um dos representantes da comunidade escolar, principalmente do professor e do gestor que são os articuladores diretos e mais importantes no processo da inclusão de alunos com deficiência.

Neste aspecto o gestor escolar é peça fundamental para que esse processo se desenvolva amplamente, isso devido à sua responsabilidade na estrutura organizacional da escola.

É importante que ele esteja atento às dificuldades enfrentadas pelos professores em sala de aula, não cabendo apenas receber as matrículas desses alunos, sendo necessário ajudá-los a avaliar suas práticas e dá-lhes condições de buscar as soluções para esse novo contexto. Um bom exemplo seria disponibilizar o acesso as informações contidas no PDI (Plano de desenvolvimento individual do aluno) e ao laudo médico, a fim de possibilitar ao professor a verificação das capacidades e conhecimentos adquiridos, visando o desenvolvimento de estratégias de trabalho mais eficientes para os alunos. Nesse sentido, o gestor escolar é peça fundamental para que o processo de inclusão de alunos deficientes se desenvolva amplamente dentro das escolas.

O professor sozinho não conseguirá levar adiante toda a proposta de inclusão, isso devido às complexidades de seus alunos, visto que a proposta atual é que todos os alunos com deficiência deverão ser matriculados nas escolas regulares independentemente do grau de sua deficiência. As políticas públicas garantem o acesso, mas é a equipe pedagógica que realiza a verdadeira inclusão escolar, principalmente a inclusão social.

Sabe-se que os professores necessitam de apoio pedagógico dentro das escolas para que possam acolher os alunos com deficiência e inseri-los em suas classes, que na maioria das vezes apresenta um número já elevado de alunos, muitos desses com grandes dificuldades de aprendizagem e adaptação também.

O professor, em sala de aula, representa uma peça primordial sendo o mediador do conhecimento e deverá estar aberto para novas práticas. O ideal é que adote uma postura flexível perante a educação de crianças deficientes, baseando-se na premissa de que a escola deve receber os alunos com deficiência, respeitando suas especificidades, reconhecendo suas potencialidades e ritmos de aprendizagem. Isso não é uma tarefa fácil e deve ser compreendida e adotada por todos da escola, a começar do gestor indo desde o porteiro que recebe o aluno deficiente até a cantineira que lhe prepara uma refeição. Todos devem estar envolvidos e terem claros seus papéis num processo de inclusão escolar.

Conforme nos relata a Declaração de Salamanca (1994, p. 5) :

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (SALAMANCA, 1994, p. 5).

Diante disso, para que o processo de inclusão seja real, faz-se necessário uma mudança na gestão das escolas, no que se refere aos aspectos pedagógicos e administrativos, desfazendo a cultura assistencialista da Educação Especial, onde os professores muitas vezes tornam-se meros protetores desses alunos, tratando-os como incapazes intelectualmente e sem lhes permitir desafios cognitivos adaptados à sua deficiência.

Conforme descrito no documento do MEC *Ensaio Pedagógico, Educação Inclusiva direito a diversidades* (BRASIL, 2006)

A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista e terapêutica da Educação Especial. (BRASIL, 2006, p.11)

Dentro dos aspectos pedagógicos e administrativos pode-se afirmar a importância do papel do gestor na mudança de fatores que interferem na organização do espaço escolar e que eliminem as barreiras como: planejamento adequado dos docentes, formação de professores, adaptação curricular, enturmação em classes com número menor de alunos, fortalecimento na comunicação das escolas com as famílias, adaptações físicas e tecnológicas.

Compreende-se, portanto que o processo da inclusão necessita de uma intervenção constante do gestor escolar, através da criação e implementação de alternativas que possibilitem a inclusão desses alunos com deficiência, baseadas em atitudes e valores democráticos, garantindo pleno acesso e permanência dos mesmos na escola e sua emancipação social .

### 3. LEVANTANDO SOLUÇÕES

A questão de inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino comum necessita ser amparada, não apenas para os alunos deficientes, mas também para todos que por qualquer motivo estejam envolvidos no processo educacional, visto que é um processo defendido e garantido por lei.

Novas atitudes e comportamentos devem ser revistos por todos, visto que a inclusão é possível, quando cada um assume suas responsabilidades nesse processo, sejam professores, gestores, funcionários, pais e/ou responsáveis.

A escola deve estar aberta à todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, e em se tratando de alunos com deficiência é fundamental que ela esteja preparada para receber os mesmos.

Um aspecto prioritário seria possibilitar e organizar informações pertinentes ao processo de inclusão no âmbito escolar através de relatórios oriundos de outras escolas (Plano de Desenvolvimento Individual do aluno - PDI), laudos médicos, acompanhamentos pedagógicos extra-escolares, entrevistas com os familiares ou responsáveis e outros dados importantes permitindo que todos percebam que os alunos com deficiência, necessitam de um olhar diferenciado devido às suas especificidades, mas sem exclusão e preconceito intelectual e social.

Outro aspecto importante está relacionado à organização dos espaços escolares através da adequação da estrutura física da escola, para receber os alunos com deficiência, como a criação de rampas, banheiros adaptados e disponibilidade de elevador/plataforma.

Sabe-se que adequar somente o espaço físico da escola não basta, as mudanças devem chegar também dentro da sala de aula, através da adaptação do material pedagógico, da aquisição de materialidade, do currículo escolar sem redução da carga horária obrigatória, nem perda de conteúdos e principalmente na reestruturação no Projeto Político Pedagógico e na avaliação contínua e diferenciada.

Faz-se necessário também que o gestor busque alternativas para a formação e orientação dos professores, com parcerias importantes com Centros de Saúde, programas da Prefeitura de Belo Horizonte como CRAS (Centro Regional de Referência de Assistência Social), que auxiliam as famílias e contribuem para uma

melhor qualidade de vida. Outro exemplo seria o Programa *Superar* que elabora e coordena políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência e também o *Hospital das Clínicas* que atende grande número de crianças e adolescentes com deficiência.

Importante ressaltar ainda como a ampliação da interação da escola com as famílias favorece o processo de inclusão dos alunos nas escolas regulares. Aos pais cabe participar formando uma parceria com a direção da escola e toda a equipe pedagógica, a fim de oferecer dados e informações pertinentes sobre o cotidiano de seus filhos, para que a escola consiga cumprir com seu papel de acolher os alunos de forma responsável e eficaz. Nesse sentido, sugere-se a criação da *Escola de pais*.

Novamente reitera-se sobre a importância do papel do gestor escolar, desenvolvendo uma gestão democrática, sendo o articulador no processo de ensino aprendizagem, cabendo-lhe desenvolver estratégias eficazes, que possibilitem a cooperação e assegurem o direito à educação de sucesso e oportunidades à todos os alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste trabalho de conclusão de curso, confirma-se que para realizar a inclusão, é preciso uma posição crítica e ações pontuais dos gestores em relação aos saberes escolares e à forma como podem ser trabalhados no cotidiano da escola e da sala de aula.

Implica considerar que a escola não é uma instituição pronta, acabada, inflexível, mas uma estrutura que deve acompanhar o ritmo dos estudantes, em um processo que requer diálogo dos professores com a comunidade escolar e com os outros campos do conhecimento.

Faz-se necessário que o gestor escolar assuma o seu papel como responsável pela criação de um ambiente educacional inclusivo dentro das escolas de ensino comum, englobando aqui a estrutura pedagógica, administrativa e rede física da escola.

No que tange a educação inclusiva o gestor deve estar atento às possibilidades e dificuldades dos alunos, para que consiga intervir de maneira positiva no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência.

O gestor deve estar atento ainda às peculiaridades de cada segmento escolar (professores, alunos e pais), para que consiga administrar as dificuldades encontradas no cotidiano escolar favorecendo a socialização. Dentro da escola deve-se ter o cuidado para que a inserção deste aluno aconteça de maneira tranquila e respeitosa. Toda a comunidade escolar deve estar atenta a essa questão, evitando que o aluno deficiente não se sinta diferente dos outros. O principal é entender que ele necessita ser compreendido em suas diversidades e limites.

Tal inserção não acontece instantaneamente, somente a convivência com alunos deficientes, possibilita a ampliação da integração e uma conscientização de que ser diferente é muito normal. O que precisa ser entendido também com o restante dos alunos da escola, pois todos apresentam limites e diferenças de alguma forma.

O gestor escolar deve estar atento a isso, incentivando a interação com os pares, aos quais o aluno deficiente faz parte, para que o compreendam melhor, em sala de aula como qualquer outro aluno com suas dificuldades e limitações.

Sendo assim, através deste trabalho de conclusão de curso, analisa-se o papel do gestor escolar, levantando estratégias eficientes na aprendizagem e socialização do aluno deficiente, a partir do estudo das políticas públicas na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, concluindo que uma gestão democrática e participativa contribui bastante para um desenvolvimento expressivo nos aspectos sociais e pedagógicos da escola no que se refere à inclusão escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.814**, de 22 de agosto de 1964. Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB Lei nº 9394/96.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação - Secretária de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial**, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 02/07/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação - Secretária de Educação Especial. **Ensaios pedagógicos**. 2006, 146p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>>. Acesso: 30/06/ 2015.

GRACIELE. Matos Fernandes. **Inclusão Escolar: Um possível diálogo**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files.pdf>>. Acesso em: 30/06/2015.

MOREIRA. Serafim Alguimar. **Inclusão Escolar: Por uma inclusão além da escola**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/bitstream.pdf>>. Acesso em: 30/06/2015 2015.

RATSKA. Adolph. **Histórico na Europa. In: Seminário Internacional Sociedade Inclusiva**, 1999, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br>>. Acesso em: 29/04/2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais; acesso e qualidade**. Salamanca, Brasília: UNESCO/MEC, 1997.

**ANEXO: Projeto Político Pedagógico**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**  
**PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL**  
**DONA AUGUSTA GONÇALVES NOGUEIRA**

**MARIA APARECIDA LAGE DE ALMEIDA FREITAS**  
**NILCE APARECIDA VILAÇA CARVALHO**  
**SILVANA DE ALMEIDA FERREIRA**  
**VALÉRIA LIMA GONÇALVES**

**BELO HORIZONTE, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL  
DONA AUGUSTA GONÇALVES NOGUEIRA**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Ariadia Ylana Ferreira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2015**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03 a 04
1. FINALIDADES.....	05 a 08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09 a 13
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA .....	09 a 10
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA .....	10 a 13
3. CURRÍCULO.....	14 a 15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16 a 17
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	18 a 19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	20 a 20
7. AVALIAÇÃO.....	21 a 23
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24 a 25
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	26 a 27
10. ANEXOS .....	28 a 31

## INTRODUÇÃO

As Escolas Reunidas da “Barragem Santa Lúcia”, primeiro nome da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, foram instaladas por ato publicado no jornal “Minas Gerais”, do dia 13 de fevereiro de 1963. O prédio pré-fabricado de madeira possuía quatro salas de aula e uma pequena sala para diretoria. As aulas foram iniciadas em 18 de março de 1963, com oito classes de primeiro ano, sendo quatro constituídas de alunos repetentes, transferidos do grupo escolar “Dom José Gaspar” e quatro classes de primeiro ano novato, perfazendo um total de trezentos e três alunos.

Em 07 de dezembro de 1963 pelo decreto nº 7.288, as escolas reunidas “Barragem Santa Lúcia”, passaram a denominar-se: “Dona Augusta Gonçalves Nogueira”, em homenagem a falecida mãe do Dr. Mário Gonçalves Nogueira, que doou o terreno para que a escola fosse instalada. Foi pedida a transformação do estabelecimento em grupo escolar, o que veio realmente a acontecer em 21 de agosto de 1964, pelo decreto nº 7.814 / 1964.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira, da rede estadual, está situada na rua Copérnico Pinto Coelho, nº 13, bairro Santa Lúcia, telefax 32964388, em Belo Horizonte, no Aglomerado da Barragem Santa Lúcia.

São oferecidos pela escola os anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos compreendendo:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º anos.

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º anos.

Atualmente, a escola atende 310 alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental - comunidade de 06 a 10 anos de idade. São treze turmas do ensino regular e onze turmas do Projeto de Tempo Integral (PROETI). Assim, dos 310 alunos matriculados, 249 fazem parte do PROETI, que cumpre uma proposta curricular ampla que enriquece as atividades do ensino regular.

O espaço físico da escola compõe-se de: uma biblioteca, onze salas de aula, uma sala de informática, uma sala de multimídia, uma sala de dança, secretaria, direção, cantina, três depósitos pequenos, uma oficina de culinária experimental, três banheiros, um escovódromo (pia coletiva para escovar os dentes), duas quadras esportivas (uma quadra grande e uma pequena), uma sala de recursos pedagógicos e uma sala de jogos pedagógicos, uma sala de professores, uma sala de supervisão pedagógica e um ambiente denominado de triângulo, usado para atividades lúdicas.

A comunidade escolar está inserida no Morro do Papagaio / Aglomerado Santa Lúcia - Barragem Santa Lúcia conhecida como uma das comunidades mais violentas de Belo Horizonte e com vulnerabilidade social significativa. Os alunos, em sua maioria, são frutos de uma família desestruturada, muitos pais usuários de drogas com baixo poder aquisitivo e com baixo ou nenhum grau de estudo. A grande maioria das mulheres-mães que trabalham exercem a profissão de doméstica e os homens são operários de obra, prestam serviços autônomos ou vivem de “bicos”. Há ainda os casos em que as famílias sobrevivem de benefícios como “bolsa escola” e “bolsa família”, contando com a escola para ajudar na sobrevivência dos filhos, que têm a oportunidade de permanecer na escola em horário de tempo integral.

A escola é considerada pela comunidade local e escolar como referência positiva na formação de seus alunos e como parceira na melhoria da construção social de seus moradores. O desafio da escola permanece na necessidade de

atingir os níveis de ensino exigidos para transformar e diminuir as desigualdades sociais.

A educação especial na Escola Dona Augusta é reconhecida como direito e tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais nas diversas atividades desenvolvidas no cotidiano da escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.

## • FINALIDADES DA ESCOLA

Sabemos que em uma sociedade globalizada, a escola é um local de formação de cidadãos reflexivos, pensantes, capazes de posicionar-se de maneira digna e responsável perante a sociedade. E todos os que fazem parte dela, desde o porteiro ao diretor, são particularmente responsáveis por essa formação do estudante.

Garantir uma educação de qualidade aos nossos alunos é o princípio primordial que permeia a nossa escola. O trabalho desenvolvido na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira visa atender todas as etapas de desenvolvimento e processos da formação humana do estudante, considerando os princípios da cidadania e oferecendo alternativas de procedimentos didáticos específicos, diversificados, adequados, bem como a aquisição de habilidades e competências necessárias para sua vivência dentro e fora do ambiente escolar.

A educação de qualidade baseia-se em recursos humanos e materiais que vão desde a atuação do professor em sala de aula bem como os processos de ensino- aprendizagem, currículo, bem como os resultados do desempenho de cada aluno. E para chegar a esta educação de qualidade faz-se necessário uma participação de todos visando uma escola onde prevaleça a compreensão e a busca de uma escola eficaz.

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira tem como missão fundamental favorecer a formação individual e a percepção enquanto sujeito

histórico, capaz de influenciar na construção de uma sociedade justa e fraterna, formando cidadãos reflexivos, capazes de posicionar-se criticamente perante a sociedade na qual fazem parte.

De acordo com as finalidades da educação nacional a Escola propõe adotar como princípios norteadores de suas ações pedagógicas os seguintes princípios da Resolução SEE/MG - nº 2.197/2012:

**I- PRINCÍPIOS ÉTICOS:**

De justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**II- PRINCÍPIOS POLÍTICOS:**

De reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades.

**III-PRINCÍPIOS ESTÉTICOS:**

Do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

**IV-EDUCAR E CUIDAR:**

Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando.

Cabe destacar ainda que os objetivos educacionais da escola são:

- I – Desenvolver um ensino de qualidade e equidade.
- II – Oportunizar aos alunos o desenvolvimento e participação de oficinas pedagógicas e culturais no contra turno.
- III – Criar e vivenciar projetos que contemplem os diversos aspectos sociais e culturais da comunidade local.
- IV – Estabelecer uma parceria com as famílias de maneira permanente e dialogada.

- V – Fomentar o espírito de empreendedorismo.
- VI – Reconhecer e utilizar os espaços do entorno da escola, transformando-os em espaços educativos, desenvolvendo o sentimento de pertencimento.
- VII – Desenvolver as propostas curriculares estabelecidas pelo sistema de ensino nacional e regional estabelecidas em legislações.
- VIII – Instituir práticas metodológicas e avaliativas que contribuam para o desenvolvimento pleno do aluno.
- IX – Valorizar e respeitar as diversidades humanas.
- X – Estabelecer e manter parcerias que contribuam para o desenvolvimento de ações almejadas pela comunidade escolar.
- XI – Primar pela prática de uma gestão democrática.
- XII – Atender o máximo de alunos no Projeto de Tempo Integral.
- XIII – Incentivar e criar condições para realização e participação em formação dos profissionais.
- XIV – Garantir o acesso e permanência de alunos com necessidades especiais atendendo as resoluções vigentes.
- XV – Elevar o índice de proficiência da escola.

Sabemos que todo trabalho, exige colaboração, envolvimento e coerência em nosso modo de pensar e agir. A escola procurará realizar o fazer pedagógico, pautado nos princípios norteadores, citados abaixo, conforme Ilma Passos Veiga:

[...] A **Igualdade** de condições para acesso e permanência na escola. Acreditamos que é nosso dever amenizar a desigualdade, oferecendo democraticamente, oportunidades e condições reais de ingresso e permanência na escola. Igualdade de oportunidades requer, então, a expansão ou ampliação da quantidade de vagas oferecidas; ou seja, ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade do ensino oferecido.

A **Qualidade** da educação voltada para todos os estudantes e não somente como privilégio da clientela socioeconomicamente favorecida. A qualidade que buscamos tem duas dimensões:

- A dimensão técnica que é relacionada aos instrumentos e os métodos (significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos).

- A dimensão política é a competência humana do sujeito em termos de fazer história, diante dos desafios da sociedade humana, é a condição imprescindível da participação e da transformação, volta-se para os fins, valores e conteúdos.

A **Liberdade** (princípio constitucional) neste aspecto deverá ser associada à ideia de autonomia, pois ambas fazem parte da própria natureza da prática pedagógica. E ambas são relativas às regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos desta prática, sem imposições externas; diante de seus limites e possibilidades e, portanto, elas se constroem na vivência coletiva e interpessoal.

A liberdade e autonomia poderão ser percebidas na relação entre administradores, professores, funcionários e alunos que estão envolvidos e têm sua parte de responsabilidade na construção desta proposta, no processo educacional e também no contexto social mais amplo. (VEIGA, 1998, p.3).

Acreditamos que a escola enquanto lugar de interação e convivência é capaz de possibilitar ao aluno oportunidades necessárias para o seu desenvolvimento e aprendizagem, levando em conta todos os aspectos da formação humana e todas as dimensões do homem; fazendo isso sempre com prazer e sensibilidade, pois a busca do prazer é essencial ao ser humano.

A Gestão democrática (princípio constitucional) tem sido uma referência em todas as decisões tomadas durante o processo de aplicação desta proposta nas áreas pedagógica, administrativa e financeira, envolvendo todos os sujeitos numa construção coletiva em busca de soluções para os problemas do cotidiano de nossa escola, tentando romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática.

A gestão democrática neste sentido torna – se o fio condutor para a descentralização do poder, através da distribuição de tarefas e da participação coletiva e, conseqüentemente proporciona um trabalho realizado com vários olhares e pensamentos diversos permitindo assim um crescimento de toda o grupo envolvido.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA**

A escola tem uma estrutura física que comporta a demanda dos alunos e que atende as necessidades da comunidade escolar de forma geral. Caracteriza-se por dois prédios de dois andares, onze salas de aula, uma sala de informática, uma biblioteca que atende aos alunos e a comunidade, sala para atendimento aos alunos encaminhados ao atendimento especial, sala de jogos pedagógicos, sala de supervisão pedagógica, cantina e refeitório, área administrativa, sala de professores, sala de multimídia, depósito para merenda, fantasias e material escolar, duas quadras poliesportivas, dois espaços cobertos para recreação e outras atividades pedagógicas. Conta também com materiais didáticos e pedagógicos incluindo jogos lúdicos e pedagógicos, equipamentos de informática para serviços administrativos e oficinas de informática, recursos audiovisuais como televisores, aparelhos de som e DVD e retroprojetores, máquinas de Xerox e duplicador, utensílios domésticos, mesas, carteiras, cadeiras e armários, refrigeradores e freezer para acondicionamento de alimentos.

O quadro de servidores compõe-se de treze professores para as turmas do ensino regular, onze professores regentes de turma do PROETI, uma professora eventual, uma professora da biblioteca, dois professores de Educação Física para as turmas do PROETI, uma para Ensino Religioso, quatro professoras de apoio aos alunos com necessidades especiais que possuem laudo médico para acompanhamento, duas supervisoras pedagógicas, uma secretária, duas auxiliares de secretaria, sete auxiliares de serviços gerais, uma diretora e uma vice-diretora.

Do quadro de professores apresentado acima, quatro são efetivos, sendo os demais designados para o exercício de suas funções. Dos docentes, 80% possuem graduação e aproximadamente 50% possuem pós-graduação.

A formação continuada dos professores do primeiro ao quinto ano faz parte do curso PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa). Duas professoras fazem pós-graduação, uma supervisora faz mestrado e os demais têm participado de encontros de formação oferecidos pela SEE (Secretaria de Estado da Educação) e pela própria escola.

Os recursos financeiros são oriundos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Programa Mais Educação e do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

Os recursos são gastos conforme orientação específica do objeto do termo de compromisso assinado com a SEE, ou seja, aquisição de produtos alimentícios para garantir a merenda / refeição aos alunos, aquisição de materiais de consumo e serviços para garantir o desenvolvimento das atividades com os alunos e aquisição de mobiliário e equipamentos.

Durante o ano são feitas diversas campanhas, bazares e festas junto com a comunidade para arrecadação de recursos para complementar os recursos financeiros recebidos, pois esses não são suficientes para atender as demandas.

## **2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA**

As matrículas dos alunos na escola são feitas inicialmente dentro dos períodos estabelecidos no calendário escolar, divulgados pelos instrumentos

legais, observando-se as exigências legais, relativos a idade e documentação, observando sempre o cadastro e zoneamento escolar.

Nenhuma matrícula é negada, por motivo de raça, sexo, condição social, convicção política e crença religiosa, bem como aos que necessitam de atendimento especial.

A direção tem atendido de maneira satisfatória a demanda escolar, incentivando a matrícula e a frequência dos alunos. A escola cumpre as orientações da Secretaria de Estado de Educação e mantém um número de 25 a 30 alunos em cada turma. Os alunos são enturmados de acordo com as considerações do conselho de classe, observada a legislação vigente, idade, aspectos disciplinares e cognitivos.

O acesso à matrícula na escola acontece por meio do cadastro escolar que é feito na rede estadual de ensino que é único e obrigatório a todos os candidatos inclusive para aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação.

É permanente a preocupação de todos da escola na garantia do acesso, percurso e permanência de todos os alunos que procuram à escola, trabalhando sempre na busca da construção de um ambiente acolhedor proporcionando assim, a igualdade de oportunidade e condições.

Cabe destacar que a escola adota a legislação abaixo relacionada. Essa estabelece as normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências. Decreto Federal nº. 3298/1999 - Do Acesso a Educação:

Art. 24 Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta responsável pela educação dispensarão tratamento prioritário e

adequado aos assuntos deste decreto viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I-A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino.

IV- A oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino.

As reuniões pedagógicas acontecem semanalmente envolvendo grupos de professores, supervisão e direção. Esses momentos são para planejar, acompanhar e avaliar o processo pedagógico.

Os encontros com a comunidade são distribuídos sistematicamente em cinco momentos: reunião no início do ano letivo e mais quatro nos términos dos períodos bimestrais. Além desses encontros previamente estabelecidos, são realizados outros com as famílias em momentos individualizados e ou coletivos sempre que se faz necessário. Também são realizados encontros com a comunidade para organizar e incentivar a participação em eventos festivos, cívicos e pedagógicos.

As professoras trabalham o processo ensino-aprendizagem através de atividades práticas e criativas, focando fatos e acontecimentos da atualidade, desenvolvendo a linguagem oral e psicomotora. O trabalho é realizado com foco no respeito às diferenças dos alunos e no desenvolvimento de projetos. Em anexo, relacionamos os projetos desenvolvidos na escola (Anexo A).

A escola conta com profissionais com formação adequada na área conforme lei vigente, espaços físicos acessíveis, mobiliário e equipamentos adequados às necessidades especiais e à faixa etária dos alunos. Conta ainda com uma equipe multiprofissional, formada através de parcerias nas áreas de educação, saúde, assistência social (geralmente o caminho tem sido via posto de saúde).

A proposta pedagógica, os planejamentos e as práticas pedagógicas são adaptados para o desenvolvimento de estratégias educacionais e sociais que favoreçam a formação plena dos alunos com necessidades especiais. Alguns pontos são destaque nessa proposta de inclusão:

- Desenvolver em toda comunidade escolar e local discussões relacionadas às condições de práticas de preconceito voltadas às pessoas com deficiência, apontando estratégias e mecanismos para avançar na perspectiva da inclusão;
- Promover práticas dentro e fora dos muros da escola, situações vivenciais de socialização e interação entre todos os alunos da escola e também com alunos das escolas de Ensino Especial.
- Fomentar junto à comunidade o conhecimento e reconhecimento, sobre os direitos e também os deveres que permeiam princípios da inclusão.
- A capacitação de todas as pessoas envolvidas no processo dar-se-á através de cursos oferecidos pela Secretaria de Estado e sempre que possível pela escola.

Para os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades / superdotação é possível a flexibilização do tempo na escola por até 50% (02 anos), limitado a 01 ano a cada ciclo.

A certificação de conclusão / histórico escolar segue o padrão estabelecido pela legislação vigente da rede. O registro de carga horária e do aproveitamento alcançado pelos alunos é obrigatório, utilizando os mesmos critérios para todos os alunos, sendo esse, a representação do desenvolvimento do aluno em relação a si mesmo e considerando-se o seu Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

### 3. CURRÍCULO

Nossa Escola entende o currículo como tudo aquilo que seja vivenciado no seu cotidiano, ou seja, as atividades e projetos programados e desenvolvidos sob a sua responsabilidade envolvendo a aprendizagem dos conteúdos escolares pelos alunos, na própria escola ou fora dela.

As diretrizes curriculares são elaboradas de acordo com as orientações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, referendadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96; Resolução SEE MG n°. 2197/2012 e Resolução n°07 de 14 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Assim, a composição curricular, contempla dois eixos:

- Base Nacional Comum: uma dimensão obrigatória dos currículos nacionais definida pela União.

- Parte Diversificada: também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares.

A integração da Base Nacional com a parte diversificada é feita através da construção coletiva da proposta pedagógica da escola e, ainda, havendo sempre um olhar sob a perspectiva da transdisciplinaridade, que permite o diálogo de um campo de saber para outro, indo além da concepção de disciplina e enfatizando o desenvolvimento de todos os aspectos da formação humana.

Na proposta curricular, os temas transversais: Ética, Saúde, Meio ambiente, Orientação sexual e Pluralidade cultural, são desenvolvidas de maneira dialogada, assegurando a articulação de toda a organização curricular, sendo também particularizados com o contexto da escola e da comunidade. As diretrizes

estabelecidas acrescidas dos temas complementares definidos pelo coletivo de todos os envolvidos estão de acordo com a realidade e os anseios da realidade escolar.

O Brasil de hoje é marcado pelo aumento da incivilidade, da pobreza, da imoralidade, pelo crescimento dos aglomerados, da violência e pela concentração da riqueza. É nesse cenário que a Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira está inserida e é nele que ela se faz presente como instituição que articula, envolve, compromete e se fortalece, contribuindo para a valorização da diversidade cultural, formação plena dos educandos, na preparação para o exercício da cidadania e, sobretudo, no desenvolvimento de um trabalho voltado para uma educação de qualidade e igualitária.

A escola em conjunto com a comunidade e seus parceiros desenvolve projetos (anexo A) que contemplam as diversas linguagens e conhecimentos bem como uma prática de envolvimento acadêmico e social.

É oferecida a educação em tempo integral segundo a política educacional da Secretaria de Estado de Minas Gerais.

## 4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira é regida em conformidade com as legislações do Estado de Minas Gerais:

[...] O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

III - Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;

IV - Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano. Sendo ministrados na escola os dois primeiros ciclos, e também o Projeto Tempo Integral para 11 turmas. (Resolução 2197/2012 SEE MG)

A escola funciona com dois turnos de trabalho, matutino e vespertino. O ano letivo composto de 200 dias letivos é dividido em quatro bimestres, cumprindo o calendário oficial. São quatro horas diárias de aula ministradas pelo regente de turma. Durante as quatro horas diárias, em todas as atividades, na sala de aula e fora dela, os alunos têm acompanhamento e orientação do professor, inclusive nos momentos destinados a recreação, sendo os tempos diários das aulas divididos conforme plano curricular e proposta pedagógica.

Para o cumprimento da carga horária de trabalho e tempo de planejamento dos professores cumpre-se a legislação com a seguinte redação:

[...] Da carga horária obrigatória - Art.10 Conforme dispõe a Lei nº 20.592, de 28 de dezembro de 2012, a carga horária semanal de trabalho correspondente a um cargo de Professor de Educação Básica com jornada de 24 (vinte e quatro) horas compreende:

§ 1º - A atividade extraclasse a que se refere o inciso II compreendem atividades de capacitação, planejamento, avaliação e reuniões, bem como outras atribuições específicas do cargo que não configurem o exercício da docência. (Resolução 2.253/2013)

A estrutura física contempla a demanda das práticas pedagógicas do ensino regular e o desenvolvimento das oficinas do Projeto Tempo Integral.

A sala de informática e a biblioteca atendem aos alunos para pesquisa também os professores e comunidade, contando com uma professora auxiliar de biblioteca para desenvolver projetos de literatura e fomentar o gosto pela leitura

Uma quadra poliesportiva possibilita as atividades de Educação Física, eventos cívicos, apresentações dos alunos e também atende a demanda da comunidade que, diariamente é utilizada para a prática de esportes, momentos de lazer e cultura e especificamente, em momentos que envolvem interesses da comunidade local como reuniões de Orçamento Participativo

Dois espaços livres são usados para o desenvolvimento de recreação, jogos de xadrez, campeonatos esportivos e pedagógicos, oficinas de arte e artesanato, teatro e música.

Há uma sala de jogos de alfabetização matemática e letramento. Conta também com um espaço para atendimento aos alunos destinados a sala de recurso e atendimento aos alunos que precisam de intervenções pedagógicas específicas.

Assim, como a escola abre seus espaços para uso da comunidade, ela também usufrui de espaços externos, como por exemplo, as aulas de música em parceria com TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) e a Paróquia Belvedere que são realizadas em um ambiente do vigésimo segundo batalhão de polícia, e alguns momentos de prática esportiva, passeatas de cunho pedagógico são praticadas nos campos da Barragem.

## 5 - PROCESSOS DE DECISÃO

O modelo de gestão adotado pela Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira privilegia uma liderança que delega funções para cada membro do grupo, a fim que possam trabalhar na perspectiva de identificar e resolver o problema; estimular o crescimento profissional, formando grupos mais participativos. Sendo assim, evidencia-se uma liderança compartilhada, uma vez que a comunidade escolar se comunica cada vez mais com a escola, o que gera confiança e compromisso para os membros externos e internos à mesma. Unindo forças, os conflitos organizacionais são resolvidos com mais eficiência. A motivação fortalece o profissional e a própria instituição, o que reflete no processo de ensino-aprendizagem.

O processo de tomada de decisão dentro de uma instituição não pode ser isolado; é fruto de opiniões, hipóteses geradas com a participação de todos nas decisões a serem tomadas, baseadas em atitudes de planejamento, trabalho consciente, esforço conjunto para conseguir uma decisão mais acertada que atenda ao grupo, preservando a integridade. Os membros do grupo devem estar comprometidos em acompanhar a solução do problema, assim o processo decisório torna-se mais adequado e demonstra a participação coletiva na tomada de decisão.

O diretor exerce uma função primordial dentro da instituição de ensino, sendo a peça mais importante na construção de uma escola democrática.

O Colegiado Escolar, com a estrutura e o funcionamento regulamentados por Resolução da Secretaria de Estado da Educação, é órgão representativo da comunidade nas escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais e tem função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira.

As funções de caráter deliberativo compreendem as decisões relativas às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras previstas no Projeto Pedagógico da Escola.

As funções de caráter consultivo referem-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e à apresentação de sugestões para solução de problemas.

O Colegiado na Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira se reúne mensalmente, conforme cronograma registrado no Calendário Escolar. Ele conta com a participação representativa dos pais dos alunos, dos alunos, dos professores e dos servidores. Os pais têm se mostrado conscientes e prestativos e com desejo de acompanhar a escola em todos os aspectos, possuem boa formação e bom entendimento. Em outros tempos, esse segmento tinha muitas fragilidades. Com certeza, ainda é preciso melhorar, principalmente, com mais sugestões e propostas que beneficiem a escola.

## 6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

É necessário que a gestão seja democrática e traga dinamismo para a instituição e que o PPP seja um instrumento de participação de todos os envolvidos. A aproximação das pessoas nas relações de trabalho traz harmonia, compreensão, sendo os conflitos resolvidos de maneira positiva.

As relações de trabalho da escola demonstram e provocam: interesses diferentes, disputa de poder, relações antidemocráticas, aspectos sociais abalados. Cabe aos segmentos da escola comprometer-se mais com os questionamentos e soluções possíveis para os conflitos gerados no interior da instituição, prevalecendo o bom senso e a qualidade do ensino desenvolvido.

A escola Dona Augusta ao longo de sua história tem demonstrado uma preocupação constante quanto a qualidade das relações no ambiente de trabalho, pois acredita que esse seja um fator fundamental para o desenvolvimento de um clima organizacional que proporcione a todos os envolvidos um ambiente acolhedor e prazeroso para todos os envolvidos no processo educativo tanto dentro como fora dos muros da escola.

Valorizamos um relacionamento amigável e respeitoso no ambiente de trabalho. É necessário que os professores, supervisoras, funcionários administrativos e alunos estejam motivados e felizes com o trabalho e estudo que realizam.

## 7 – AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem está sempre em processo de aperfeiçoamento, buscando ser investigativa, contínua, qualitativa e formativa. Ela busca conhecer o que alunos sabem e se os resultados estão próximos ou distantes dos objetivos educacionais propostos pela escola. É utilizada como instrumento de diagnóstico das dificuldades, permitindo o redirecionamento da prática pedagógica de forma que o ritmo do aluno seja respeitado, com atividades diversificadas que atendam às diferenças.

A avaliação contribui no levantamento de dados que podem redimensionar a gestão escolar, e com isso, a escola possa rever os planejamentos e metodologia de ensino e a própria prática avaliativa:

[...] Para o processo avaliativo, considera-se importante: analisar os resultados do SAEB relativos à escola; b) explorar as avaliações já desenvolvidas internamente pela escola ou pelo seu respectivo sistema; c) imprimir uma avaliação própria. (NAVARRO. MEC/SEB, 2004)

No que se refere aos alunos, esta forma de ser avaliado permite o acompanhamento de suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades de superação.

Na escola o retorno da avaliação para o aluno acontece de forma contextualizada, priorizando a função formativa, incidindo principalmente sobre suas conquistas de modo a fortalecer a autoestima e a aprendizagem. O professor compartilha com eles as observações que sinalizam seus avanços e a superação das dificuldades, situando-os no processo de ensino-aprendizagem. Os pais também acompanham o processo de aprendizagem de seus filhos, se inteirando dos avanços e das dificuldades para compreender os objetivos e as ações desenvolvidas pela escola.

A observação e o registro são os principais instrumentos de que o professor dispõe para pensar as devidas intervenções pedagógicas. O professor registra os processos de aprendizagens dos alunos, as interações que se estabelecem entre professores/alunos/funcionários, compondo um rico material de reflexão constante no processo formativo: atitudes, interesse, participação, assiduidade, aspectos comportamentais, participação da família e relacionamento intra e interpessoal.

No percurso do aluno é importante ressaltar que nos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos e na EJA Anos Finais, os alunos terão 50% a mais da carga horária regular. Este percurso é apoiado por estratégias de atendimento pedagógico diferenciado, devendo haver, durante todo o processo, uma avaliação contínua do desenvolvimento dos alunos de acordo com o ano em que se encontram. Dessa forma o processo de ensino aprendizagem será mais bem orientado e garantirá melhor empenho e desenvolvimento da prática educativa.

É importante que as práticas educativas, as escolhas metodológicas, as definições de conteúdos sejam coletivas e dialogadas pela escola. A escola estando organizada permite o combate à evasão do estudante.

São utilizados como instrumentos relacionados nas situações de avaliação que proporcionam diagnóstico, acompanhamento do processo de aprendizagem, apontando redirecionamentos metodológicos e propostas de intervenção para os alunos que apresentam necessidades específicas:

- portfólio: com uma mostra de atividades e registros necessários que demonstram o processo de desenvolvimento dos alunos;
- avaliações escritas mensais e bimestrais para verificação da aprendizagem e direcionamento do planejamento e redirecionamento do trabalho;

- simulados com questões semelhantes às avaliações externas;
- preenchimento de uma ficha individual de avaliação no diário da turma atribuindo conceitos A, B ou C no boletim escolar nos quatro bimestres.

Como parte importante da avaliação da aprendizagem, é realizado semestralmente o Conselho de Classe, com a participação, de todos os profissionais que trabalham com o aluno (professores de turma e especialista).

O Conselho de Classe tem como proposta acompanhar os progressos, assessorar a prática pedagógica, estabelecer mecanismos adequados para o acompanhamento do desempenho do aluno e se pautar nas discussões e ponderações dos professores no momento de enturmação. Propõe-se ainda discutir e buscar soluções para as dificuldades encontradas no desenvolvimento escolar dos alunos, completando assim um processo de avaliação global.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico alinha o trabalho desenvolvido pela instituição de ensino e atua como um documento norteador e indicador de firmeza e segurança no processo de aprendizagem. Este documento valoriza o processo educativo, organiza a escola de forma interna e externa, implica no processo coletivo da construção de rupturas e reconstrução significativa frente ao processo de aprendizagem dos nossos educandos.

É imprescindível que o Projeto Político Pedagógico seja um processo democrático, participativo e dialogado. Os principais agentes sociais construtores de tal projeto são: alunos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, servidores da escola, pais e comunidade. Todos esses segmentos devem ser ouvidos, terem direito de defesa de suas ideias, e através de processos democráticos construir uma base; terem objetivos a serem conquistados, com metas e prazos a serem alcançados. A escola utilizará o PPP como instrumento de garantia ao aluno de uma aprendizagem de qualidade.

Consideramos importantes as orientações do Guia para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político – Pedagógico das escolas Estaduais de Minas Gerais:

[...] A escola proporcionará momentos para o planejamento, à organização do trabalho escolar, de sua prática pedagógica para viabilizar a operacionalização dos Planos de Ensino, Planos de Aula, Planos dos Servidores da Escola, Plano de Intervenção Pedagógica, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e os resultados das avaliações internas e externas. (2014,p.45).

A avaliação do PPP deve então compreender um acompanhamento, ou seja, uma detalhada observação das práticas educativas diárias desenvolvidas

pelos alunos, tendo em vista reconhecer como se encontram os mesmos em seu desenvolvimento global. Isto para manter informações úteis que visem uma melhoria no planejamento que conduzam a um trabalho mais efetivo e direcionado às reais necessidades dos alunos

Este documento está aberto a novas abordagens e projetos que proporcionem renovação durante toda sua caminhada de descoberta e construção de conhecimentos. Finalizando, esperamos que o Projeto Político Pedagógico seja mais um instrumento de luta por uma verdadeira gestão democrática, onde os atores desse processo possam valorizar o trabalho coletivo, buscando uma aprendizagem significativa, criativa e prazerosa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**DOURADO**, Luiz Fernandes (org.); **OLIVEIRA**, João Ferreira; **SANTOS**, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. 2010. <Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 28/07/2014.

BRASIL. Decreto n. o 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n.o 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999, Seção 1, n. 243, p.10-15. Disponível em: Acesso em: 09/03/2015.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica, CONSELHOS ESCOLARES: Democratização da escola e construção da cidadania/ elaboração Ignez Pinto Navarro [et al] - Brasília: MEC, SEB, 2004.

JAPÉCANGA, Alaíde Pereira. A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. [s.d.]. Disponível em: moodle3.mec.ufmg. 03/08/2014, às 22:14. ESCOLA DE GESTORES, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Curso de Especialização em Gestão Escolar. Sala PV. Belo Horizonte, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. Educação & Sociedade, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf> . Acesso em 29/06/2014

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 29/06/2014

O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa, Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.35-49, Jan/Jun 2001. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org). Acesso em 29/06/2014.

MINAS GERAIS - Conselho Nacional de Educação. Resolução n.07 de 14 de dezembro de 2010.

MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO .Resolução 2253/2013.

MINAS GERAIS - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Guia para a elaboração, revisão e/ou reestruturação do Projeto Político – Pedagógico das escolas Estaduais de Minas Gerais de agosto de 2014.

Resolução SEE nº 2197/2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.p.3.

## **ANEXO A**

## **Projetos da Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira (2015)**

### **OFICINA DE INICIAÇÃO MUSICAL**

Acontece semanalmente num espaço cedido pelo 22º Batalhão de Polícia, em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere, sendo 40 alunos contemplados. Percebe-se um desenvolvimento substancial na oralidade, postura corporal, ritmo e movimento, além da imensa contribuição no processo de alfabetização e nas relações pessoais.

### **OFICINA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS**

Uma possibilidade através da parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere, desenvolvida numa sala de aula adaptada para esse fim, os alunos demonstram cada dia mais encantados com a possibilidade de construção de instrumentos musicais utilizando materiais alternativos, muitos deles reciclados, sentindo artistas e felizes, o que vem demonstrando um aumento na autoestima.

### **OFICINA DE REFORÇO ESCOLAR**

A concretização desta oficina é possível através da parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Paróquia Belvedere. As oficinas são desenvolvidas para ajudar a escola no desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento dos alunos com dois ou mais anos de escolaridade e apresentam dificuldades / defasagem na leitura e escrita.

### **PROERD**

(Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência), parceria com a Polícia Militar.

Diante da necessidade constante de uma intervenção quanto à violência e ao uso de drogas, a escola participa todo ano desse programa que muito tem contribuído para conscientizar nossos alunos dos perigos e a importância da preservação a saúde tanto física como mental. Além das oficinas ministradas pelos policiais, os professores dão continuidade às discussões e reflexões propostas no programa.

### **CULTURA E ARTE DO MORRO À BEIRA DA LAGOA**

A Casa do Beco é o cenário onde se cria e vivencia grandes espetáculos representando a arte e a cultura da comunidade local e, nossos alunos são coadjuvantes neste cenário. São momentos únicos de encantamento e beleza que enriquecem e valorizam as pessoas que estão próximas da escola, amigos e familiares desempenham papéis de resgate a valores e situações reais de vida, promovendo intercâmbio de saber histórico. Grandes oportunidades culturais também são propiciadas pelas pessoas que gerenciam o espaço, diante das apresentações de espetáculos de teatro; e nossa presença é constante.

### **DANÇANDO NA ESCOLA**

A mais de uma década na nossa escola, as oficinas de dança são desenvolvidas numa sala devidamente adaptada graças a parceria com a Cultura Inglesa, Unidade Cidade Jardim. As aulas são ministradas com profissionais do Centro de Dança Primeiro Ato, que garante a qualidade e envolvimento das oficinas. Nesse ano de 2014 contamos com o patrocínio da Empresa de Publicidade Perfil, que está localizada próxima a escola e que conhece a seriedade de todos e tem caminhado junto conosco e garantindo o

desenvolvimento do projeto Dançando na Escola, que abraçado com muito orgulho pelos pais, familiares e por todos da comunidade.

### **SARAU LITERÁRIO**

Durante o ano são desenvolvidos atividades de estudo, pesquisa e produções artísticas relacionadas a leitura e literatura. Os trabalhos desenvolvidos são cuidadosamente guardados e, geralmente no mês de setembro, há o momento de culminância, denominado de Sarau Literário. No evento, a participação das famílias e da comunidade é intensa.

### **MOSTRA CULTURAL**

A escola está estabelecendo uma relação de proximidade, de respeito e diálogo com toda a comunidade escolar e local. Essa relação se consolida a cada dia através da verdadeira valorização da cultura da comunidade. Esse projeto tem como propósito, a pesquisa, a identificação, a captação de pessoas, fatos e objetos, fazendo destes, fontes de significativas aprendizagens. No mês de novembro, há um dia para realização de divulgação, apresentação, exposições, palestras, stands, workshops... frutos do trabalho desenvolvido ao longo do semestre.

### **BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS**

Nas aulas de Educação Religiosa, esse projeto é desenvolvido predominantemente, para trabalhar questões de hábitos e atitudes diante das brincadeiras e dos sujeitos. Assim, vivenciam situações de respeito, relacionamento interpessoal, cuidados necessários com os brinquedos. É reservado tempo para construção de brinquedos, resgatando suas histórias.

### **CUIDAR DO AMBIENTE É CUIDAR DA GENTE**

Os ambientes do entorno da escola são sempre contemplados nas ações propostas pela equipe docente, pedagogia e administrativa. A preocupação de inserir atividades cotidianas como: operação formiguinha, passeatas na Lagoa da Barragem, construção e distribuição de folhetos de conscientização sobre o lixo, utilização adequada dos espaços e respeito ao patrimônio público, mas usados por eles (alunos e familiares, amigos) são de responsabilidade de todos. Nesse contexto faz-se necessário também estudo e práticas vivenciais sobre higiene pessoal e sua relação com a saúde.

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A educação especial na Escola Dona Augusta Gonçalves Nogueira é reconhecida como direito e tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais em atividades regulares desenvolvidas no cotidiano da escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.